



BOLETIM

# ENCCLA 2018

Estratégia Nacional de Combate à  
Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 49 – abril de 2018

## Plano Nacional de Combate à Corrupção – Ação 01/2018 Evento Público Regional – Curitiba/PR



Data: 21/05/2018

Horário: 09h às 18h

Auditório da Faculdade de Direito/UFPR  
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR

No início de abril, foi concluído e entregue o segundo produto da Ação 2 da Enccla 2017: [Capacitação em EaD sobre Controles Internos](#). O curso foi desenvolvido pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e é realizado em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), plataforma de educação a distância (EAD) do Senado Federal. O objetivo é auxiliar tanto agentes públicos quanto a sociedade em geral a conhecer fundamentos, normas e princípios do controle interno. A capacitação é voltada a servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal, bem como ao público em geral. O curso é gratuito, sem tutoria, com carga de 40 horas, podendo ser realizado em até 60 dias. A [Ação 2/2017](#) da Enccla foi coordenada pela CGU e teve como colaboradores ADPF, AMPCON, ATRICON, CGMSP, CNMP, CNPG, CONACI, MPPE, MPPI, MPPR, MPRJ, MPRN, MPSC, MPSP, TCU. O objetivo da ação foi desenvolver iniciativas que permitam apoiar a implementação do sistema de controle interno nos estados e municípios. Para [realizar o curso](#), basta se cadastrar na plataforma online do ILB e fazer a inscrição, que é gratuita

A Ação 1/2018, coordenada pelo DRCI/SNJ, juntamente com a AGU e o MJF, e que vai “Elaborar e aprovar Plano Nacional de Combate à Corrupção”, realizará, no próximo dia 21 de maio, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, o primeiro dos eventos regionais previstos. A ideia é que participem agentes públicos, sociedade civil e cidadãos que possam contribuir com ideias e propostas para a elaboração do Plano. As [inscrições estão abertas e podem ser feitas por formulário eletrônico](#) disponibilizado pela Secretaria Executiva. Solicita-se que todos integrantes da Enccla divulguem o evento para que consigamos o maior número de participantes possível. [Acesse aqui a programação.](#)

Secretaria Executiva

# CURTAS

## Agenda de Reuniões ENCCLA 2018

03/05/2018 - **3ª Reunião da Ação 1.** Coordenador: DRCI. Coordenadores-Adjuntos: AGU e MPF. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, CAIXA, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CGA/SP, CGA/SP, CGE/MG, CGM/Guarulhos, CGM/SP, CGU, CNMP, COAF, CONACI, CONCPC, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MD, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPM, MPT, PF, PG/DF, PGE/BA, PGE/RS, PGFN, PREVIC, REDE, RFB, SECONT/ES, SEGOV/PR, SENASP, SPREV/MF, SUSEP, TCU, TSE. Local: DRCI, às 14h30.

08/05/2018 - **3ª Reunião da Ação 7.** Coordenador: COAF. Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, BB, BCB, BNDES, CAIXA, CGU, DREI/SEMPE, FEBRABAN, GNCOC, MP/DFT, MP/MA, MP/MS, MPF, PF, PGFN, RFB, SENASP, SUSEP, TSE. Local: DRCI, às 14h30.

09/05/2018 - **3ª Reunião da Ação 11** - Coordenador: CONCPC. Coordenador-Adjunto: SENASP. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, COAF, CONCPC, MP/DFT, MP/MS, MP/PR, PC/RS, PC/SC, PC/SP, PF, REDE, REDE-LAB. Local: DRCI, às 14h30.

15/05/2018 - **3ª Reunião da Ação 8** – Coordenador: RFB. Colaboradores: ABIN, AGU, AJUFE, ANAPE, BB, BCB, BNDES, Casa Civil/PR, CAIXA, CGU, CJF, COAF, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MP/DFT, MP/MS, MP/SP, MP/SC, MPF, MRE, PC/RS, PC/SP, PF, PGFN, PREVIC, RFB, SENASP, SUSEP, TSE. Local: DRCI, às 9h30.

15/05/2018 - **3ª Reunião da Ação 9** - Coordenador: BCB e MPF. Colaboradores: AGU, AJUFE, BB, CADE, Casa Civil/PR, CG/DF, CGU, CJF, CNMP, COAF, CONCPC, CVM, GNCOC, MP/DFT, MPM, MRE, PC/SP, PF, PREVIC, REDE-LAB, SENASP, SUSEP, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

17/05/2018 - **3ª Reunião da Ação 3** - Coordenador: MPT. Colaboradores: AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ATRICON, CGA/SP, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, CGU, COAF, CONACI, GNCOC, MPC/RS, MP/DFT, MP/PB,

MP/MS, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPF, PF, PGE/BA, PGE/RS, REDE, RFB, SEGES/MP, TCU. Local: DRCl, às 14h30.

23/05/2018 - **3ª Reunião da Ação 6** - Coordenadores: CNMP e CGU. Coordenador-Adjunto: SEGOV/PR. Colaboradores: ADPF, AGU, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, Caixa, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CG/DF, CGE/MG, CGM/SP, COAF, CONACI, CVM, DRCl, FEBRABAN, GNCOC, INSS, MD, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/PI, MP/RN, MP/SC, MPF, MPM, MPT, PF, PGE/BA, PREVIC, REDE, RFB, SEGES/MP, SENASP, TCU, TSE. Local: DRCl, às 14h30.

24/05/2018 - **3ª Reunião da Ação 4** - Coordenador: TCU. Coordenador-Adjunto: CGU. Colaboradores: AGU, AJUFE, AMPCON, ATRICON, CADE, CGE/MG, CGM/SP, CGU, CONACI, MD, MP/DFT, MP/MA, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MPF, MPM, PF, REDE, RFB, SEGES/MP, TSE. Local: DRCl, às 09h30.

24/05/2018 - **3ª Reunião da Ação 10** - Coordenador: MPF. Coordenadores Adjuntos: PREVIC e SPREV. Colaboradores: AJUFE, ANPR, BB, BCB, CAIXA, Casa Civil/PR, CGU, COAF, CVM, MP/DFT, MP/MS, PF, PGE/BA, REDE-LAB, RFB, TCU. Local: DRCl, às 14h30.

30/05/2018 - **4ª Reunião da Ação 1** - Coordenador: DRCl. Coordenadores-Adjuntos: AGU e MPF. Colaboradores: ABIN, ADPF, AJUFE, AMPCON, ANAPE, ANPR, ATRICON, BB, BCB, BNDES, CAIXA, Casa Civil/PR, Casa Civil/RS, CEP/PR, CGA/SP, CGA/SP, CGE/MG, CGM/Guarulhos, CGM/SP, CGU, CNMP, COAF, CONACI, CONCP, CVM, FEBRABAN, GNCOC, MD, MDIC, MP/DFT, MP/GO, MP/MA, MP/PR, MP/RN, MP/SC, MP/SP, MPM, MPT, PF, PG/DF, PGE/BA, PGE/RS, PGFN, PREVIC, REDE, RFB, SECONT/ES, SEGOV/PR, SENASP, SPREV/MF, SUSEP, TCU, TSE. Local: DRCl, às 14h30. Local: DRCl, às 14h30.

## Eventos

**Ação 1/2018 – Plano Nacional de Combate à Corrupção. Evento Público Regional.** Data 21 de maio de 2018, na Universidade Federal do Paraná. Endereço: Praça Santos Andrade, 50 – Centro, Curitiba-PR. [Acesse aqui a programação e o formulário de inscrição.](#)

## Conheça as Ações Enccla 2018

- *Este espaço é aberto à divulgação de eventos, agendas e demais temáticas que sejam relevantes para os integrantes da Enccla. Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br)*

# MATÉRIAS

Advocacia-Geral da União - AGU

## EAGU/PE realiza Seminário de Combate à Corrupção



10/04/2018 - Na última quinta-feira, a Escola da AGU em Pernambuco e a Comissão de Combate à Corrupção realizaram o Seminário de Combate à Corrupção, abordando os temas "O Papel da Imprensa no Combate à Corrupção", "O Combate à Corrupção e Questões Eleitorais" e "Órgãos de Controle e o Combate à Corrupção". Estiveram presentes, como palestrantes, Alexandre Rands (Presidente do jornal Diário de Pernambuco), Germana Laureano (Procuradora Geral do Ministério Público de Contas em Pernambuco), Roberto Moreira (Procurador Regional da República em Pernambuco), André Régis (Vereador do Recife), Jayme Asfora (Vereador do Recife) e André Teixeira (Procurador Federal).

Divulgação: EAGU/PE

MJSP - Ministério da Justiça

## Inscrições abertas para capacitação em controle interno

*Curso realizado a distância é um dos resultados de ação da Enccla para desenvolver iniciativas de apoio aos estados e municípios*



# Introdução ao Controle Interno



18/04/2018 - Estão abertas as inscrições para a capacitação a distância sobre controles internos desenvolvida pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) - plataforma de educação a distância do Senado Federal.

A capacitação integra um dos resultados da Ação 2 de 2017 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), cujo objetivo é auxiliar tanto agentes públicos quanto a sociedade em geral a conhecer fundamentos, normas e princípios do controle interno. A capacitação é voltada a servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal, bem como ao público em geral. O curso é gratuito, sem tutoria, com carga de 40 horas.

A Ação 2/2017 da Enccla foi coordenada pela CGU e teve como colaboradores ADPF, AMPCON, ATRICON, CGMSP, CNMP, CNPG, CONACI, MPPE, MPPI, MPPR, MPRJ, MPRN, MPSC, MPSP, TCU. O objetivo da ação foi desenvolver iniciativas que permitam apoiar a implementação do sistema de controle interno nos estados e municípios.

Para [realizar o curso](#), basta se cadastrar na plataforma online do ILB e fazer a inscrição.

**MJSP - Ministério da Justiça**

**Rede-LAB faz treinamento contra crimes financeiros**

*Capacitação ensinou a analisar dados financeiros e detectar crimes de lavagem de dinheiro, corrupção e outros relacionados*



16/04/2018 – Mais de 50 integrantes da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB) participaram de treinamento com representantes de unidades LAB-LD de todo o país e com órgãos parceiros.

O XVI Curso de Análise dos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro, realizado em Brasília de 9 a 13 de abril, foi organizado pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), coordenador da Rede-LAB. Nos dias 11 e 12 foi realizada, simultaneamente, a XI Reunião do Comitê Gestor da Rede.

A capacitação permitiu aos participantes ampliar o conhecimento sobre análise de dados bancários, fiscais, relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como sobre o desenvolvimento e metodologia de trabalho das unidades LAB-LD. “Além de prover conhecimento técnico com aulas expositivas sobre análise de dados, o curso destacou casos práticos para orientar as análises dos casos reais. Além da qualificação, o curso é uma oportunidade de conectar profissionais que atuam em diferentes localidades do país para troca de informações, experiências e melhores práticas”, destacou Leonardo Terra, coordenador da Rede-LAB.

Histórico - O Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) foi criado em 2007 por meio de cooperação técnica firmada entre o Ministério da Justiça e o Banco do Brasil, no âmbito do DRCI/SNJ, em execução à Meta 16 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) 2006.

A unidade modelo foi equipada com tecnologia de ponta e desenvolveu, com a cooperação das Polícias Cíveis e dos Ministérios Públicos estaduais, metodologia própria de abordagem de análise de dados para crimes mais complexos, relacionados à corrupção, lavagem de dinheiro e organizações criminosas.

A motivação para a criação do LAB-LD surgiu da observação, pelos órgãos participantes da Enccla, de que as investigações de casos de lavagem de dinheiro ou corrupção envolviam quebras de sigilo bancário de inúmeras contas, além de sigilos telefônico e fiscal, abrangendo grandes períodos. Isso gerava uma grande massa de dados a ser analisada e, muitas vezes, as investigações e análises financeiras eram conduzidas sem a necessária especialização técnica.

Com o desenvolvimento de uma metodologia avançada, iniciou-se, ainda em 2007, a replicação do modelo para outros órgãos estaduais e federais, criando-se, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-LAB), que vem sendo fomentada e coordenada pelo LAB-LD do DRCI/SNJ.

A Rede-LAB é composta por 58 unidades e tem como objetivo articular a atuação dos LAB-LD, de modo a promover e regular a operação colaborativa entre eles. Sua principal característica é o compartilhamento

de experiências, técnicas e soluções voltadas para análise de dados financeiros e, também, para a detecção da prática da lavagem de dinheiro, da corrupção e de crimes relacionados.

**MJ - Ministério da Justiça**

## **Curso para identificar lavagem de dinheiro**

*Policiais Civis do Rio de Janeiro são capacitados para, em suas investigações, reconhecerem crimes que tentam ocultar e dar aparência lícita a procedimentos ilegais*



06/04/2018 – Cerca de 180 agentes públicos do estado do Rio de Janeiro participaram do Curso de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) nesta semana. A capacitação foi coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), em parceria com a Polícia Civil do Estado.

Além dos policiais civis, participaram da capacitação outros operadores do direito que atuam na prevenção e combate à lavagem de dinheiro e corrupção no Estado, tais como membros do Ministério Público, Magistrados, Delegados de Polícia, Analistas do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Receita Federal do Brasil (RFB), Advogados da União, Defensores Públicos, entre outros.

“Capacitar os agentes públicos para atuar no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro tem se mostrado uma forma bastante eficiente de enfrentamento a esses crimes. É importante que os agentes públicos em suas investigações também procurem identificar e retirar dos criminosos os recursos financeiros que são movimentados por essas organizações”, comentou Luiz Roberto Ungaretti, diretor do DRCI.

O DRCI já realizou 170 edições presenciais do PNLD, capacitando mais de 17 mil agentes públicos em todo o país. Há também as edições a distância (EAD) do curso que já treinaram outros dois mil servidores. “O Estado brasileiro investe para que os agentes públicos estejam mais bem preparados para combater esses crimes, que tentam ocultar e dar aparência lícita a procedimentos ilegais”, disse Ungaretti.

A parceria com a Polícia Civil para a realização da capacitação está alinhada com a Ação 11/2018 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que se propõe a “Aperfeiçoar a atuação das Polícias Civis na investigação de crimes de lavagem de dinheiro”. Coordenada pelo Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, em parceria com a SENASP, o objetivo da Ação é promover o avanço das Polícias Civis no enfrentamento à lavagem de dinheiro. Para tanto, a promoção de capacitação é uma das frentes que está sendo desenvolvida pelo Grupo de Trabalho.

Durante a realização do curso foram ministradas palestras de especialistas de várias instituições participantes da Enccla. A ação promove o intercâmbio de experiências, metodologias e conhecimentos entre os participantes e resulta em maior efetividade na prevenção e no combate aos crimes de lavagem de dinheiro e de corrupção. Participaram como palestrantes o Ministério da Justiça, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, a Polícia Civil do Estado de São Paulo, o Banco Central do Brasil, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, a Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal.

Resultado da Enccla

Lançado em 2004, o PNLD foi um dos primeiros resultados alcançados pela Enccla. O curso foi objeto da meta 25 da Estratégia naquele ano, que tinha como objetivo traçar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade, disseminando a cultura de prevenção e de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil.

MJ - Ministério da Justiça

## **Servidores do Ministério Público do Pará são treinados para o combate à corrupção**

*Desde 2004, cerca de 19 mil agentes públicos foram capacitados, nos 27 estados da Federação*



27/03/2018 – Mais de 100 servidores do Ministério Público do Pará foram treinados durante três dias para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, em Belém (PA). O curso, que faz parte do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), foi realizado em parceria com Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI).

Durante a abertura, o diretor do DRCI, Luiz Roberto Ungaretti, falou sobre o funcionamento, objetivos, estratégias do Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos. “É fundamental disseminar a importância do combate ao crime organizado também sob o foco da recuperação dos ativos que foram desviados ilícitamente. Retirar os recursos da organização criminosa é tão importante quanto prender e condenar seus integrantes”, ponderou Ungaretti.

O Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) surgiu a partir da meta 25 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) de 2004. O objetivo é criar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade, otimizando a utilização de recursos públicos e disseminando uma cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil.



Desde a concepção em 2004, cerca de 19 mil agentes públicos foram capacitados, nos 27 estados da Federação. Além disso, já participaram dos cursos do Programa, como convidados, agentes públicos do Peru, Paraguai, Bolívia, Colômbia e Angola.

Os palestrantes são agentes públicos das instituições que fazem parte da Enccla. Nesta edição participaram além do Ministério da Justiça, o Banco Central do Brasil, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

#### Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul - CC-RS

### **Casa Civil discute plano de combate à corrupção, em Brasília**

18/04/2018 - O subchefe de Ética, Controle Público e Transparência, Carlos Alberto Hundertmarker, representou a Casa Civil, nessa terça-feira (17), em evento da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), na sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília.

O evento visa a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção, contendo diretrizes de longo prazo, com a participação de todos os órgãos que compõem a ENCCLA e de diversos atores públicos e privados relevantes.

O subchefe Hundertmarker reforçou a importância da participação da Casa Civil no evento. "A Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência da Casa Civil atua nas áreas que incorporam a sua nomenclatura, bem como no fomento do controle social e no combate à corrupção".

O próximo encontro para discutir o plano de combate a corrupção será no dia 21 de maio, em Curitiba.

Também estiveram presentes representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, SEGOV/PR, CNMP, ADPF, ANAPE, MPF, CEP/PR, CGDF, TCU, INSS, CAIXA, BB, BCB, GNCOC, PREVIC, MPT, PGE/BA, MP/PR, MP/SC, MP/MA, AJUFE, MD, SENASP, TSE, AGU, ABIN, ATRICON, MDIC, SUSEPE, BNDES, FEBRABAN, CGA/SP, COAF/MF, CONACI, entre outros.

Texto: Ascom Casa Civil

#### Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)

### **CGU coordena avaliação do Brasil na OEA**



26/03/2018 - Entre os dias 8 e 15 de março, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) coordenou a avaliação do Brasil durante a quinta rodada do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (Mesicic), da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, Estados Unidos. A análise produziu um relatório final sobre temas como

aquisição de bens e serviços por parte do Estado; tipificação de atos de corrupção e sistemas de proteção de denunciante.

Acesse o relatório final do Brasil

Atualmente, 32 países compõem voluntariamente o Mesicic, com a recente adesão de Dominica. Os participantes realizam avaliações recíprocas, emitindo recomendações específicas. Além do Brasil, também foram avaliados, em março, Granada, Guiana e Jamaica, sendo papel dos peritos analisar a conformidade das legislações e medidas existentes com os dispositivos da Convenção Interamericana contra a Corrupção, objeto de análise na rodada.

Entre as principais recomendações ao Brasil está a necessidade de aperfeiçoar e reformar a Lei de Licitações (nº 8.666/1993) para promover maior competitividade e efetividade no processo de contratações públicas. Outras indicações foram: adotar uma legislação abrangente para incentivar denúncias de atos de corrupção e proteger os denunciante, tanto no setor público, quanto privado; e fortalecer os órgãos de controle, garantindo recursos e recompondo os respectivos quadros de pessoal.

Avanços

O fortalecimento da legislação na área de combate à corrupção foi um dos avanços reconhecidos na implementação das recomendações, em especial com as leis Anticorrupção (nº 12.846/2013) e do Crime Organizado (nº 12.850/2013). Outros destaques foram: transparência das informações públicas, impulsionada pela Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/2011); promoção da integridade empresarial, em especial por meio do Pró-Ética. Entre as iniciativas da CGU de prevenção também foram reconhecidos o Sistema e-Ouv, responsável por receber denúncias e manifestações, e o Observatório da Despesa Pública (ODP).

O Mesicic reconheceu também o aprimoramento dos sistemas de compras do Poder Executivo Federal, a partir do lançamento do Portal de Compras e do Painel de Preços, apresentados como boas práticas do país na contratação de bens e serviços pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). Além da CGU e do MP, também estiveram presentes na reunião representantes do Ministério Público Federal (MPF).

Durante o encontro também foram avaliadas ações de capacitação de servidores para garantir o adequado entendimento de responsabilidades e das normas éticas que regem as atividades. A CGU e a Comissão de Ética Pública (CEP) foram os dois órgãos selecionados para serem analisados em profundidade quanto a temática. Por fim, foram avaliadas as medidas de prevenção que levam em conta a relação entre remuneração equitativa e probidade no serviço público.

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)

**Prevenção à corrupção é tema de workshop para pequenas e médias empresas de SP**



03/04/2018 - O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) informa que a Alliance for Integrity realiza, no dia 11 de abril, em São Paulo (SP), a Capacitação de Prevenção à Corrupção de Empresas para Empresas (DEPE). O curso busca fornecer a representantes de pequenas e médias companhias (PMEs) os subsídios e as ferramentas práticas para lidar com os desafios relacionados ao tema e, assim, ajudá-los a tornar seus empreendimentos mais transparentes, íntegros e competitivos.

O treinamento tem parceria com o Conselho Regional de Administração do Estado de São Paulo (CRA-SP). As inscrições são gratuitas e as vagas limitadas.

Acesse aqui para mais informações

O workshop será conduzido, das 9h às 17h, por duas especialistas em *compliance*: Carolina Echevarría, da Alliance for Integrity; e Giovana Martinez, da SAP Brasil. Além da experiência das palestrantes, a metodologia utiliza boas práticas internacionais e soluções desenvolvidas pela Rede Alemã do Pacto Global (ONU). Entre os tópicos debatidos estão definições de corrupção; fatores de risco; potenciais soluções para situações críticas; e medidas de prevenção.

Iniciativa global

A Alliance for Integrity é uma iniciativa global de múltiplas partes interessadas, promovida pelo setor empresarial, que busca incentivar a transparência e a integridade no sistema econômico. A Alliance for Integrity, criada há três anos, é implementada pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), agência de cooperação técnica alemã.

No Brasil, o conselho consultivo, compartilhado com a Transparência Internacional (TI), foi criado em maio de 2016 e é composto por representantes do setor privado (Allianz Seguros S.A., Banco do Brasil S.A., Latam Airlines Group, Mercedes-Benz, Siemens Brasil), setor público (Cade e CGU) e sociedade civil (Rede Brasil do Pacto Global e Instituto Ethos).



Este Boletim é elaborado e divulgado pela Secretaria Executiva da Enccla.  
Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional  
Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania – Ministério da Justiça  
Contato: [comunica.enccla@mj.gov.br](mailto:comunica.enccla@mj.gov.br) ou 61 2025-8900